

Os princípios do MST e a alimentação escolar: o escrito e o vivenciado sob o olhar dos professores

Silva, Francislene N. S.¹; Bomfim, Roberta C.²; Massena, Elisa P.³

Resumo

Este trabalho teve como objetivo investigar concepções de professores de um assentamento, localizado no sul da Bahia, no Brasil, sobre o escrito nos princípios do MST e o vivenciado acerca da alimentação escolar. Essa investigação foi realizada por meio de um curso para professores de 8 horas oferecido por um grupo de pesquisa vinculado a uma universidade pública do Brasil, cujo tema foi alimentação. Neste trabalho foi analisada a transcrição do 2º dia do curso por meio da Análise Textual Discursiva, discutindo uma categoria de análise denominada Alimentação: prática cultural ou princípio educativo. Os resultados indicam que o princípio da Soberania Alimentar preconizado pelo MST não é fielmente seguido, já que na alimentação escolar há uma influência de hábitos urbanos, sendo a alimentação uma prática cultural.

Palavras-chave: Educação do Campo. Formação de professores. Alimentação escolar. MST.

Categoria # 2. Trabajos de investigación.

Temática # 11. Educación en Ciencias em contextos rurales o Educación en Ciencias para el campo.

MARCO TEÓRICO

Os objetivos do MST não se limitam apenas às questões agrárias, mas apresentam três frentes de luta, que Santos (2010, p. 89) resume em: "[...] quebrar as cercas do latifúndio, quebrar as cercas da ignorância e fazer a transformação social". Desse modo, para que ocorra a mudança na sociedade, esse movimento acredita que isso ocorrerá por meio de uma

1 Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências (PPGEC),

Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), Ilhéus, Bahia, Brasil. GPeCFEC.

neressantos6@hotmail.com

² Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências (PPGEC), Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), Ilhéus, Bahia, Brasil. GPeCFEC. roberta.bomfim02@gmail.com

³ Docente do Departamento de Ciências Exatas e Tecnológicas e do Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências (PPGEC), Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), Ilhéus, Bahia. Grupo de Pesquisa em Currículo e Formação de Professores em Ensino de Ciências (GPeCFEC). elisapmassena@gmail.com



educação emancipatória. Portanto, o MST defende uma educação que rompe com os princípios da racionalidade técnica e da lógica educacional urbana. Sendo assim, colocar a educação no campo dos direitos, implica em oferecer abordagens educativas marcadas pela concepção da Educação do Campo, considerando os conhecimentos escolares, científicos, populares e o senso comum, tendo em vista que esses fazem parte da construção de saberes e experiências do/no campo (Rückert; Gaia, 2014).

Considerando que o ensino deve partir da prática, levando o aluno até o conhecimento científico, o MST propõe que os educadores trabalhem a partir dos temas geradores. Assim, o currículo deve ser desenvolvido a partir do contexto e experiências vivenciadas na comunidade escolar. Para Apple (2006), é fundamental que a função ideológica do currículo seja revelada e relacionada aos interesses sociais, baseado na dimensão científica, artística e filosófica do conhecimento.

Na perspectiva da pedagogia do MST, a discussão acerca dos hábitos alimentares se apresenta como um possível caminho para o diálogo e a construção de saberes para/com os sujeitos do campo, ainda mais se considerando que num contexto globalizado a rotina alimentar modificou-se, principalmente com a substituição de alimentos naturais por alimentos industrializados. Nesse cenário, a indústria alimentar induz a má alimentação e a indústria farmacêutica e química se aproveitam da carência nutricional para vender nutrientes (Rückert; Gaia, 2014). Considerando essas questões, dialogamos com Apple (1989; 2006) que enfatiza a necessidade de considerar a relação entre a educação e o sistema econômico.

Nesse sentido, o MST defende a Soberania Alimentar que, de acordo com a Vila Campesina corresponde ao "direito que os povos, países, ou união de Estados têm para definir suas políticas agrícolas e alimentares e proteger sua produção e sua cultura alimentar" (La Via Campesina, 2003, online). Desta forma, o direito à alimentação se relaciona com a dimensão social do que é produzido, levando em conta práticas que respeitam o meio ambiente e o acesso aos recursos naturais envolvidos na produção.

OBJETIVO

Diante desse contexto e com o objetivo de investigar concepções de professores do MST de um assentamento, localizado no sul da Bahia, no Brasil, sobre o escrito e o vivenciado acerca da alimentação escolar, o Grupo de Pesquisa em Currículo e Formação de Professores em Ensino de Ciências (GPeCFEC) da Universidade Estadual de Santa Cruz ofereceu um curso de formação aos professores com o tema alimentação. Entretanto, apesar do MST se basear nos temas geradores para orientar e definir o currículo escolar, não significa que não possam existir outras opções didático metodológicas, e por essa razão o curso foi construído e implementado considerando-se os



pressupostos da Situação de Estudo (SE), que consiste numa proposta de reconfiguração curricular, que quando trazida para o contexto da formação de professores, contribui para o desenvolvimento profissional docente (Maldaner, Zanon, 2007; Souza, 2018).

OS CAMINHOS PERCORRIDOS

Neste estudo optamos pela abordagem qualitativa (Minayo, 2012). Propusemos o desenvolvimento de um processo formativo de 8 horas (dois dias) em uma escola de assentamento localizada no Sul da Bahia/Brasil, baseado nos pressupostos teórico e metodológicos da SE. Para a delimitação do tema do curso houve uma conversa com a equipe administrativa e pedagógica da escola e decidiu-se pela temática alimentação saudável já que nesse local existe uma valorização e uso exacerbado de produtos alimentares industrializados em detrimento de produtos cultivados no assentamento.

Após esse momento, foram necessários 3 encontros do grupo para planejamento das ações do curso. Posteriormente, em dois encontros implementamos o curso baseado nas 3 etapas da SE, a saber: problematização, primeira elaboração e função da elaboração e compreensão conceitual (Auth, 2002), e adotando os critérios pedagógicos do MST (MST, 2005).

Como ferramenta para obtenção de informações utilizamos a vídeogravação, entretanto nesse trabalho trouxemos apenas as informações referentes ao 2º dia do curso. Estiveram presentes no curso 12 professores, 2 coordenadoras e 1 vice-diretora. Neste estudo apresentamos a análise referente aos professores, identificados pelos códigos P¹, P² etc. Assim, a partir da Análise Textual Discursiva (ATD) de Moraes e Galiazzi (2007), examinamos o corpus (transcrição da vídeogravação), identificamos as unidades de sentido e discutimos uma categoria emergente. A seguir damos início a terceira fase da ATD que consiste na comunicação dos resultados.

ALIMENTAÇÃO: PRÁTICA CULTURAL OU PRINCÍPIO EDUCATIVO

A alimentação humana não envolve apenas os aspectos biológicos. É também uma ação social e cultural. É neste sentido, que vários sistemas alimentares são produzidos a partir de influências ecológicas, históricas, culturais, econômicas e sociais (Maciel, 2005). Desse modo, o MST, defende uma alimentação saudável para a sua comunidade, evitando alimentos que causem danos à saúde e priorizando a Soberania alimentar, como fica claro nas falas abaixo.



"[...] aqui no assentamento a gente se preocupa com a questão do orgânico e do agroecológico, da alimentação saudável" (P¹).

"[...] dentro da comunidade se debate a questão do orgânico e da agroecologia" (P²).

Considerando a Soberania Alimentar como uma ideologia do MST e corroborando com a concepção de ideologia trazida por Apple (2006), podemos afirmar que ela não pode ser concebida com uma falsa consciência, mas como um conjunto de significados e práticas que fazem parte da cultura vivenciada, qualificando os sujeitos para uma ação e uma mudança social. Desta forma, a relação da ideologia com a educação, segundo Apple (1989) é vista como uma forma da escola fortalecer a hegemonia ideológica dominante, entretanto, tais condições não são impostas e por isso a ideologia é e precisa ser continuamente reconstruída pela escola.

Nesse contexto, quanto ao papel da escola, a mesma se empenha para trabalhar a questão da alimentação tomando como base o trabalho como princípio educativo, pois, para o MST o ato de educar é seguido de ação. Assim, a escola educa a partir da prática cotidiana, isto não significa que a teoria será deixada de lado, mas implica em uma relação entre prática-teoria-prática (MST, 2005). Portanto, ao trabalhar a temática alimentação, a parceria com a comunidade é fundamental. Podemos observar esses aspectos nas falas a seguir.

"É meta da escola, sempre foi trabalhar isso junto às famílias e trabalhar a soberania da alimentação escolar" (P¹).

"A escola é um espaço de debate também a respeito dessa questão da alimentação, e não é só com os alunos, é com a família" (P²).

A escola do assentamento tem uma função social que é a socialização e a produção dos conhecimentos científicos úteis para a vida. Nesta perspectiva, a temática alimentação engloba um conjunto de conceitos que podem ser trabalhados a partir de práticas ligadas ao mundo do trabalho, em que educadores e educandos estejam envolvidos. (MST, 2005). Entretanto, ao analisarmos a fala abaixo de P¹ existe um entrave quanto ao uso dos produtos alimentares cultivados no assentamento.

"A gente tem uma fábrica de chocolate aqui, mas a gente consome pouco. A gente ainda compra o Nescau para tomar [...] o arroz vem de fora, o feijão [...] a criação de galinha é pouca, o ovo que compramos é de granja também" (P¹).



Conforme a fala acima, os assentados priorizam os alimentos industrializados, apesar do assentamento ter cultivo de frutíferas e hortaliças orgânicos, como também a piscicultura, além de uma fábrica de chocolate. Diante disso, ressaltamos que ao priorizar a soberania alimentar no assentamento, a escola e a comunidade precisam estar envolvidas, com o objetivo de conscientizar os educandos acerca da importância do consumo de verduras e hortaliças. Nesse caso, a escola tem o papel fundamental de influenciar nos hábitos alimentares dos alunos e de suas famílias, trabalhando noções da alimentação ou até mesmo adotando-a como um tema gerador (MST, 2005).

Ao perceberem a contradição presente na escola e na comunidade, alguns professores consideram que neste contexto, a alimentação é algo cultural e os assentados são bastante influenciados pela alimentação urbana, uma vez que a escola atende crianças também de outras localidades, que não tem a mesma ideologia que o MST. Ao observarmos as falas de P¹, notamos a relação dos hábitos alimentares com a cultura urbana.

[...] é uma questão cultural, ele acha mais gostoso e saboroso, ou acha que aquilo é merenda, [...] Uma banana na hora do recreio. Então ele diz: não vai ter lanche? Vai ser banana? " (P¹)

"[...] aqui é mais difícil porque nossa escola não recebe apenas alunos de assentamentos, tem da cidade, de outras fazendas" (P⁷).

Neste sentido, compartilhamos da ideia de Caldart (2012) quando afirma que a escola não é o único local de formação, para que aconteça uma educação emancipatória, que forma sujeitos críticos e conscientes de seu papel transformador na sociedade. Diante disso, comunidade e escola devem planejar e desenvolver ações capazes de conscientizar os sujeitos acerca da soberania alimentar que o Movimento defende, de forma, a evitar que este discurso esteja distante da realidade vivenciada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O princípio que rege a escola do MST é de que a mesma não deve estar desligada do modo de vida, do mundo do trabalho e da cultura. Igualmente, os problemas existentes no assentamento também não podem estar desligados da ação educativa da escola. Dessa forma, um ensino pautado na realidade, valorizando os preceitos da coletividade, da participação e, sobretudo tendo como base o trabalho como princípio educativo são fundamentais para a solução da problemática identificada na escola. Assim, os resultados evidenciaram que o princípio de Soberania Alimentar defendido pelo MST não é fielmente seguido, já que a prática



alimentar da escola recebe influência de hábitos externos, sendo a alimentação uma prática cultural.

REFERÊNCIAS

APPLE, M. W. (1989) Educação e poder. Porto Alegre: Artmed.

APPLE, M. W. (2006) Ideologia e currículo (3 ed.). Porto Alegre: Artmed.

AUTH, M. A. (2002) Formação de professores de ciências naturais na perspectiva temática e unificadora. 200 f. Tese. (Doutorado em Educação) — Centro de Ciências da Educação: Universidade Federal de Santa Catarina - Florianópolis.

CALDART, R. S. (2012) Pedagogia do Movimento Sem Terra: escola é mais que escola. Petropólis: Vozes.

LA VÍA CAMPESINA (2003). Que Es La Soberania Alimentaria? Disponível em: https://viacampesina.org/es/que-es-la-soberania-alimentaria/. Acesso em: 14 abr. 2018.

MACIEL, M. E. (2005) Identidade Cultural e Alimentação. In: Canesqui, A. M. Garcia, R. W. D. *Antropologia e Nutrição*: um diálogo possível. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ.

MALDANER, O. A.; ZANON, L. B. Situação de Estudo: uma organização do ensino que extrapola a formação disciplinar em Ciências. In: Moraes, R.; Mancuso, R. (Orgs.). Educação em Ciências: Produção de currículos e formação de professores. 2 ed. ljuí: UNIJUÍ, 2007. p. 43-175.

MORAES, R.; GALLIAZI, M. C. (2007) Análise Textual Discursiva. Ijuí: UNIJUÍ.

MINAYO, M. C. de S. (org.). (2012) Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. 32ª ed. Petrópolis: Vozes.

MST. (2005) Dossiê MST Escola: Documentos e Estudos 1990-2001. Cadernos de Educação Nº 13. Edição Especial.

RÜCKERT, B., GAIA, M. C. de M. (2014) Educação popular, saúde e segurança alimentar em áreas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. *Tempus, actas de saúde colet*. v. 8, n. 2, pp. 157 – 171, Brasília.

SANTOS, A. R. (2010) A Gestão Educacional do MST e a Burocracia do Estado – 2010. Dissertação (Mestrado), Faculdade de Educação, UFMG.

SOUSA, P. G. (2018) Desenvolvimento profissional docente no contexto da reconfiguração curricular pela Situação de Estudo. 2018. 75 f. Dissertação (Mestrado em Educação em Ciências) – UESC.